



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – CSHNB  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**ARIANY LEAL DIAS MEIRELIS**

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR  
ANTÔNIO DE DEUS CARVALHO EM INHUMA-PIAUÍ: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE O PROPOSTO E REALIZADO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**PICOS – PI**

**2017**

**ARIANY LEAL DIAS MEIRELIS**

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR  
ANTÔNIO DE DEUS CARVALHO EM INHUMA-PIAUI: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE O PROPOSTO E REALIZADO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Piauí - UFPI como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura Plena em Pedagogia. Sob orientação da: Prof<sup>a</sup> Ma. Cristiana Barra Teixeira.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

**M514a** Meirelis, Ariany Leal Dias

Análise do projeto político pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho em Inhumas-Piauí: um estudo de caso sobre o proposto e realizado na prática pedagógica / Ariany Leal Dias Meirelis.– 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (57 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador(A): Profa. Ma. Cristiana Barra Teixeira

1. Planejamento Educacional 2. Projeto Político Pedagógico. 3. Prática Pedagógica. I. Título.

**CDD: 371.207**

ARIANY LEAL DIAS MEIRELIS

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR  
ANTÔNIO DE DEUS CARVALHO EM INHUMA-PIAUI: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE O PROPOSTO E REALIZADO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Piauí - UFPI como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura Plena em Pedagogia. Sob orientação da: Prof<sup>ª</sup> Ma. Cristiana Barra Teixeira.

Aprovada em: 20 / 02 / 2017

**BANCA EXAMINADORA**

*Cristiana Barra Teixeira*

Prof<sup>ª</sup>: Ma. Cristiana Barra Teixeira  
Orientadora - UFPI/CSHNB

*Maria Aleny Barros Vieira*

Prof<sup>ª</sup>: Dr.<sup>ª</sup> Maria Aleny Barros Vieira  
Membro 01: UFPI/CSHNB

*Thaizi Helena Barbosa e Silva Luz*

Prof<sup>ª</sup>: Ma. Thaizi Helena Barbosa e Silva Luz  
Membro 02 - UESPI/CPBA

## **DEDICATÓRIA**

As maravilhas de Deus estão a nosso dispor por toda a vida, basta que lutemos para conquistar o espaço que é nosso no mundo. Dedico o meu TCC para todos aqueles que fizeram do meu sonho real, me proporcionando forças para que eu não desistisse de ir atrás do que eu buscava para minha vida. Muitos obstáculos foram impostos para mim durante esses últimos anos, mas graças a vocês eu não fraquejei. Obrigado por tudo família, namorado, professores e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, meu Senhor e meu guia, em todos os momentos de minha vida.

A toda a minha família, avós, tios e primos pelo apoio e incentivo, em especial, a minha mãe, Vania Leal de Souza, mulher guerreira que sempre me apoiou e que sempre me apoiará em todos os momentos da minha vida.

Ao meu namorado Rafael de Sousa Lima, pela paciência, carinho, companheirismo e incentivo.

Aos meus amigos de turma Juliana, Kedson, Keylyanny, Silmara, Tamires e Vânia, que conquistei durante o curso e que levarei comigo até o fim da vida.

A minha orientadora Cristiana Barra Teixeira que foi minha luz no fim do túnel que muito contribuiu com seu tempo e conhecimento na realização desse trabalho.

A todos os professores de curso que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Aos meus companheiros de van que fizeram minhas idas a Picos- PI mais alegres e prazerosas.

Finalmente, a todos que fizeram parte desta longa e árdua jornada, os meus mais sinceros agradecimentos, que Deus em sua infinita misericórdia derrame suas bênçãos, como raios de luz sobre todos.

Muito Obrigada!!!

“Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos a intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente”

Veiga (2004)

## RESUMO

Esta pesquisa argumenta análise do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho em Inhumas-Piauí: Reflexões sobre o proposto e realizado na prática pedagógica, partindo da questão: Como o Projeto Político Pedagógico se concretiza na prática pedagógica da Escola Antônio de Deus Carvalho? Buscamos no contexto do Projeto Político Pedagógico as contribuições para tecer as reflexões necessárias à compreensão do fenômeno estudado. Nesse sentido, nos fundamentamos nas ideias de alguns autores e discutimos algumas abordagens que se apresentam inter-relacionadas e que permite a construção do PPP visando um trabalho coletivo e uma gestão democrática. Nessa perspectiva, traçamos o objetivo geral: Verificar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, a partir da observação sobre a prática pedagógica cotidiana. Pretendendo especificamente: Descrever os elementos essenciais do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho; Relacionar a proposta com a prática pedagógica da escola; Refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico para a realização da prática pedagógica da escola. Elegemos o delineamento da pesquisa qualitativa com estudo de caso e entrevista semiestruturada para coleta de dados e análise de conteúdos como procedimento de análises das informações. No aporte teórico selecionamos as contribuições de autores como: Bardin (2006), Gadotti (1994), Vasconcellos (1999), Veiga (2004), Yin (2005), Gandin (1994), Moraes (1999), Silva (2006) dentre outros. Nossos achados revelam que os participantes da pesquisa demonstram o entendimento sobre o conceito do Projeto Político Pedagógico, nos fazendo perceber que o corpo gestor procura integrar a comunidade escolar na construção do referido. As narrativas dos participantes expressam que apesar de conhecer, procurar participar e compreender que seja de grande importância para a funcionalidade da escola, alguns não utilizam o PPP em sua prática educativa, se obtendo de outros documentos para o seu planejamento. Acreditamos que este estudo pode contribuir com pesquisas futuras e que análises posteriores possam ser realizadas dando profundidade e continuidade a esta discussão.

**Palavras-chave:** Planejamento. Projeto Político Pedagógico. Prática Pedagógica.



## ABSTRACT

This research argues the analysis of the Pedagogical Political Project of Antônio de Deus Carvalho School Unit in Inhuma-Piauí: Reflection on the proposed and accomplished pedagogical practice, Starting from the question: How does the Pedagogical Political Project materialize in the pedagogical practice of the School Antônio de Deus Carvalho? We seek in the context of the Pedagogical Political Project the contributions to weave the necessary reflections to the understanding of the phenomenon studied. In this sense, we are based on the ideas of some authors and we discuss some approaches that are interrelated and that allows the construction of the PPP aiming at a collective work and democratic management. From this perspective, we outline the general objective: To analyze the Pedagogical Political Project of Antônio de Deus Carvalho School Unit, from the observation about the daily pedagogical practice. Specifically: To describe the essential elements of the Pedagogical Political Project of Antônio de Deus Carvalho School Unit; To relate the proposal to the pedagogical practice of the school; To reflect on the importance of the Political Pedagogical Project for the accomplishment of the pedagogical practice of the school; We chose the delineation of qualitative research with case study and semi-structured interview for data collection and content analysis as an information analysis procedure. In the theoretical contribution, we selected the contributions of authors such as Bardin (2006), Gadotti (1994), Vasconcellos (1999), Veiga (2004), Yin (2005), Gandin (1994), Morais (1999), Silva (2006) and others. Our findings reveal that the research participants demonstrate the understanding of the concept of the Political Pedagogical Project, making us realize that the managerial body seeks to integrate the school community in the construction of this. The narratives of the participants express that despite knowing, seeking to participate and understanding that is of great importance for the functionality of the school, some do not use the PPP in their educational practice, obtaining other documents for their planning. We believe that this study may contribute to future researches and that further analysis can be carried out giving depth and continuity to this discussion.

**Keywords:** Planning. Political Pedagogical Project. Pedagogical Practice.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES TEÓRICAS</b> .....	<b>13</b>
1.1 Projeto Político Pedagógico da Escola: aspectos históricos e legais .....	13
1.2 Conceituando Projeto Político Pedagógico .....	15
1.3 A constituição do Projeto Político Pedagógico: marco referencial, diagnóstico programação .....	18
1.4 Projeto Político Pedagógico: uma importante proposta de organização do trabalho coletivo na escola .....	23
<b>CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>25</b>
2.1 Caracterização da pesquisa .....	25
2.2 Técnicas e instrumentos de coleta de dados .....	27
2.3 Os participantes da pesquisa .....	29
2.4 Estudo de caso: Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho .....	30
2.5 Análise de dados da entrevista .....	36
<b>CAPÍTULO III - A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA UNIDADE ESCOLAR “ANTONIO DE DEUS CARVALHO”</b> .....	<b>40</b>
3.1 O que é Projeto Político Pedagógico?.....	40
3.2 Como a gestão da escola deve organizar-se para que a comunidade escolar possa participar ativamente da construção do PPP da sua escola? .....	42
3.3 Você consulta o PPP para planejar sua prática educativa? Em que circunstâncias?.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>49</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico – PPP é uma temática que atrai nosso interesse há algum tempo. Contudo, nossa experiência no decorrer da formação no curso de Pedagogia, e no desenvolvimento de nossa identidade docente, como também na experiência profissional, intensificou nosso interesse.

Nesse sentido, nos encontramos com o contexto da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho na experiência do nosso Estágio Supervisionado I e no trabalho como Monitora do Programa Mais Educação, momentos que trouxeram à tona nossa inquietação sobre o PPP e sobre as formas de utilização de tal documento pela equipe escolar.

Sabemos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento escolar exigido, por lei, a todas as escolas públicas e privadas do território nacional. Sua determinação encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 no Art.12), a qual diz que: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica”. (BRASIL, 1996). Por esta razão, toda e qualquer instituição educacional pode e deve elaborar com a sua comunidade escolar o seu PPP.

O Projeto Político Pedagógico é um processo que busca reflexão e discussão dos possíveis problemas encontrados no ambiente escolar. É um elemento que traz propostas de uma organização escolar, tanto política como metodologicamente. Sua construção é de fundamental importância, pois além de envolver toda a comunidade escolar, trabalha em prol do bem comum, discute propostas de forma democrática e visa o sucesso e a melhoria da aprendizagem do alunado.

Compreendemos também que cada unidade escolar possui características e realidade diferentes, por isso cada qual deve ter o seu PPP elaborado coletivamente dentro de sua realidade. Desse modo formulamos nosso problema de pesquisa: Como o Projeto Político Pedagógico se concretiza na prática pedagógica da Escola Antônio de Deus Carvalho?

Encalçando o objetivo geral verificar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, a partir da observação sobre a prática pedagógica cotidiana. Especificamente nos propusemos a descrever os elementos essenciais do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho; Relacionar a proposta com a prática pedagógica da escola; Refletir sobre a importância do Projeto Político Pedagógico para a realização da prática pedagógica da escola.

Ancoramos o estudo com um estudo de caso com abordagem qualitativa e elegemos como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada, com o corpo gestor e docentes para compreender a importância do PPP e como ele está sendo utilizado na prática pedagógica. Com apoio de autores pesquisados recorreremos à análise de conteúdo para buscar o entendimento das informações encontradas.

Os fundamentos teóricos utilizados na construção deste estudo buscam a comprovação de que os autores pesquisados oferecem subsídios indispensáveis para a análise do Projeto Político Pedagógico. A pesquisa consta de uma revisão bibliográfica para a fundamentação da temática abordada no qual nos referenciamos em autores como: Bardin (2006), Gadotti (1994), Vasconcellos (1999), Veiga (2004), Yin (2005), Gandin (1994), Morais (1999), Silva (2006) entre outros.

Os subsídios teóricos são essenciais para a elucidação dos questionamentos levantados em torno do objeto estudado bem como os objetivos propostos. Nesse sentido, o aporte teórico embasa cada etapa da pesquisa e a sua escrita final. O texto está organizado em três capítulos, a introdução e as considerações finais. A seguir tratamos algumas ideias de cada uma dessas partes.

Na Introdução contextualizamos a temática, justificando nossa motivação pelo seu estudo, expomos o problema e os objetivos da pesquisa, evidenciamos alguns dos teóricos que colaboraram conosco nesta empreitada, além dos indicativos metodológicos.

O primeiro capítulo **Projeto Político Pedagógico: Reflexões Teóricas**, evidencia algumas concepções teóricas sobre o PPP, e descreve os saberes necessários para a prática pedagógica. A continuidade desse texto traz, à luz dos teóricos norteadores da pesquisa, os aspectos históricos do PPP, alguns conceitos, elenca a constituição: marco referencial, diagnóstico e programação e a importância proposta de organização do trabalho coletivo na escola.

**Metodologia da Pesquisa**, nosso segundo capítulo, traçamos o percurso metodológico, descrevendo e justificando as opções, bem como apresentando a caracterização da pesquisa, técnicas e instrumentos de dados, participantes da pesquisa, estudo de caso da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho e análise dos dados.

Analizamos os dados coletados durante a pesquisa no terceiro capítulo, **A Importância do Projeto Político Pedagógico na Prática Pedagógica da Unidade Escolar “Antônio de Deus”**, bem como o envolvimento dessas informações com as ideias que fundamentam a pesquisa. Nesse capítulo fazemos detalhadamente reflexões sobre as proposições dos participantes interlocutores através das categorias de análises definidas no capítulo

metodológico. As reflexões dos nossos participantes dividem espaço com nosso referencial teórico.

As **Considerações Finais** pontuam as principais comprovações do estudo realizado tendo como ponto de partida o problema de pesquisa que norteou todo nosso estudo, assim como os seus objetivos. Fazemos uma reflexão sobre nossas observações durante todo o percurso investigativo, bem como, reconhecemos nossa impotência em contemplar todas as possibilidades de estudo sobre esse objeto, ou seja, o Projeto Político Pedagógico da referida escola.

Apresentadas as ideias gerais, passamos a conhecê-las mais de perto. A seguir, nossas primeiras escritas.

## **CAPÍTULO I - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES TEÓRICAS**

Relatar sobre o Projeto Político Pedagógico requer uma compreensão maior e mais ampla. Esta seção traz algumas considerações sobre o Projeto Político Pedagógico, assim como aspectos relevantes do PPP: Histórico, Conceito, Marco e Trabalho Coletivo.

### **1.1 Projeto Político Pedagógico da Escola: aspectos históricos e legais**

O Projeto Político Pedagógico surgiu após a Constituição de 88, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade. Esse projeto é o referencial de algumas instituições de ensino. Regido pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96, sancionada em dezembro do mesmo ano.

Antes da LDB – Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96 os projetos eram feitos, poucas vezes, como exigência legal, pelas Secretarias Estaduais e Municipais da Educação. As escolas adotavam as mesmas normas, participando e/ou desenvolvendo os mesmos programas, o que impedia a definição de uma identidade. Normalmente, os diretores, em reuniões passavam o projeto que na maioria das vezes era feito em gabinetes, para os professores e este se incluía a outros volumes nas prateleiras e nas gavetas, e/ou quando executados não surtiam efeitos, pois, não correspondiam com a realidade de cada escola, o que agravava ainda mais a situação.

Ribeiro (2007, p.42) reforça falando que, a Lei nº 5.692/71, anterior à atual LDB (Lei nº 9394/96), já mencionava a existência desse documento nas escolas, mas havia falta de participação coletiva dos professores na sua elaboração, além de que a falta de clareza na compreensão do que era o projeto favorecia sua implantação apenas burocrática e fragmentada.

Com a consolidação do PPP nas escolas, o perfil de gestor autoritário, obrigatoriamente precisou mudar para atender aos novos modelos, principalmente da democracia, onde a participação e a busca da autonomia passaram a ser prioridade na educação. Com essa mudança, o corpo gestor teve que começar a agir de maneira democrática na elaboração do projeto político pedagógico, integrando a sociedade no ambiente escolar respeitando sempre seu marco referencial, aceitando opiniões do corpo docente e funcionários, com isso pôde-se restaurar o senso crítico e participativo de todos.

Ainda vale ressaltar que o PPP surge nesse processo, enquanto instituído, como um instrumento legal que objetiva também proporcionar mudanças de comportamento na cultura

escolar. E com isso, vieram mudanças de comportamento na cultura organizacional e rupturas de paradigmas, onde o planejamento deixa de ser instrumento fechado, burocrático e passa a se revelar como um processo emancipador, contemplada com a construção participativa, diferentemente dos tempos do regime ditatorial.

Antes de ser algo necessário, a organização do espaço escolar é principalmente uma exigência legal. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento escolar exigido, por lei, a todas as escolas públicas e privadas do território nacional. Sua determinação encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 nos seguintes artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme o seguinte princípio:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. (BRASIL, 1996)

Nesse sentido, vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico não deve ser algo esquecido ou inexistente. Sua construção não deve se restringir somente a uma exigência da Lei, mas a constantes revisões do fazer e do refazer pedagógico, corrigindo possíveis erros e buscando melhores soluções para um futuro mais próspero. A proposta pedagógica, é o ápice da educação, é a ponte que liga escola e sociedade, propondo meios para desconstruir paradigmas e concepções pré-formadas, tentando restaurar princípios e construindo novos conhecimentos.

Enquanto instituição/órgão a ofício da sociedade, a escola precisa organizar-se segundo os interesses da clientela que atua, e o PPP, procura garantir o cumprimento desta função envolvendo a comunidade educativa, na elaboração e definição de suas metas e estratégias de funcionamento, condizente com a realidade vivenciada.

O Projeto Político Pedagógico pode neste momento promover um movimento de reflexão e transformação dentro das instituições escolares, tornando-se um grande instrumento de organização e gestão escolar que responda as exigências atuais de respeito à diversidade, a pluralidade de culturas e as fronteiras dos saberes, garantindo assim a construção de uma

sociedade mais justa, democrática e igualitária, onde o avanço tecnológico e financeiro esteja voltado para melhoria da qualidade de vida do homem e do planeta.

De tal modo, torna-se importante reforçar a compreensão cada vez mais expandida de Projeto Político Pedagógico, como instrumento de autonomia e domínio do trabalho docente pelos profissionais da educação, com vistas à alteração de uma prática conservadora vigente no sistema público de ensino. Sobre isso tecemos alguns fios que constitui a próxima disposição.

## 1.2 Conceituando Projeto Político Pedagógico

Diante da complexidade que envolve a temática deste estudo torna-se necessário a priori conceituar o que é Projeto Político Pedagógico. Para tal recorreremos a Paulo Roberto Padilha<sup>1</sup> (2010) ao colocar que se considerarmos as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:

- É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao conceituar o PPP (Projeto, Político e Pedagógico), é necessário compreendermos a indissociabilidade desses termos para estruturação teórica do documento e para almejar a prática do que foi elaborado. No Aurélio (1989, p.658) encontramos a definição de projeto como: “[...] plano, intento, empreendimento, redação preliminar de lei, relatório, plano geral de edificação”. No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Sabemos que ao construir projetos que são realizados dentro da escola, projeta-se adiante. Gadotti, (1994, p. 570):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

---

<sup>1</sup> Em entrevista concedida a Noêmia Lopes. Revista Nova Escola, Gestão Escolar. Dezembro de 2010. Disponível em : <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>.



Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico visa não só um planejamento construído, mais sim algo contínuo e que irá se adequar as necessidades diárias. É refletindo os momentos vivenciados cotidianamente que a comunidade escolar irá modificar tanto o seu modo de pensar como a sua prática em relação a determinadas situações existentes no espaço escolar.

Veiga (2004, p.12) também fala sobre isso quando diz que, “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Não apenas o considerá-lo como um mero documento a ser engavetado, mas como uma ferramenta que auxilia a escola a definir suas prioridades e a buscar alcançar seus objetivos.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1995, p. 12).

Concordando com Veiga, ao construir seu projeto pedagógico, a escola relaciona os objetivos que irão contribuir para a formação que se almeja e, ao analisar a sua realidade escolar, as suas metas de ação, com olhos para o futuro, buscar melhorar aquilo que não vai bem. Além disso, todos que fazem parte da escola precisam assumir o compromisso de organizar o trabalho pedagógico dispondo-se a solucionar os problemas e concretizar as metas estabelecidas em aquiescência com toda a comunidade.

Veiga (2004, p. 13) diz ainda que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Sendo assim, o fazer político e pedagógico são indissociáveis, uma vez que o PPP é considerado com um processo de debates reflexivos das dificuldades enfrentadas e vivenciadas pelas escolas, além de ser um meio que possibilita buscar alternativas para a efetivação das suas finalidades.

Corroborando com as reflexões apresentadas, entende-se o PPP como o documento e um instrumento que norteará as atividades da escola visando um ensino de qualidade; nele estarão presentes os objetivos, as metas estabelecidas, as necessidades, as diretrizes e ações a serem desenvolvidas na escola.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento no qual estão registradas as ações e projetos que uma determinada comunidade escolar busca para seu ano escolar letivo, sendo auxiliados de forma política e pedagógica por professores, coordenação escolar, alunos e familiares. Para isso constrói atividades pedagógicas que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem. (VAGULA et al.,2014)

Concordando com os autores, entende-se que a escola, muitas vezes, se diz mantenedora de uma função que não condiz com a realidade. Para que isso de fato ocorra, é preciso que o Projeto Político Pedagógico não esteja centrado apenas nas mãos do coordenador, o que é comum. E sim, deve existir, o envolvimento de todos os segmentos da escola quando se refere aos dos objetivos desta. Pois deste modo, o Projeto Político Pedagógico não se resume a um documento que abrange apenas a dimensão pedagógica, e muito menos ao conjunto de projetos e de planos isolados de cada docente em sua sala de aula, mas sim, um produto particular, que reflete a realidade da instituição situada em um contexto mais amplo que a influencia e que é por ela influenciado.

Para Gadotti (1994) o Projeto Político Pedagógico é por isso, um projeto que implica acima de tudo, um referencial teórico, filosófico e político. Ele não fica, contudo, no referencial. Sugere práticas e estratégias de ação. Para educar não basta indicar o caminho ou horizonte de como chegar lá. É preciso chegar lá juntos.

Por sua vez, Veiga (1996) disserta que o Projeto Político Pedagógico deve indicar grandes perspectivas, quais os valores norteiam a prática educativa, as ideologias em jogo, uma discussão do contexto local escolar, nacional e internacional. Ele deve retratar as pretensões, ideais e anseios da comunidade escolar, seus sonhos em relação à escola. Mas, deve permitir sobretudo, que a escola faça suas próprias escolhas em relação ao que deseja para a melhor educação de todos. O Projeto Político Pedagógico representa uma oportunidade para toda a comunidade educativa decidir seus caminhos juntos.

Para agir como instrumento de mudança, que colabore com o cumprimento da função social da escola e se fundamenta na ação coletiva na busca pela autonomia da mesma, Vasconcellos (2002) apresenta algumas finalidades para serem perseguidas por aqueles que desejam efetivar o PPP:

- Resgatar a intencionalidade da ação (marca essencialmente humana) possibilitando a (re) significação do trabalho, superar a crise de sentido;
- Ser um instrumento de transformação da realidade; resgatar a potência da coletividade: gerar esperança;
- Dar um referencial de conjunto para a caminhada; aglutinar pessoas em torno de uma causa comum; gerar solidariedade, parceria;
- Ajudar a construir a unidade (e não conformidade), superar o caráter fragmentário das práticas em educação, a mera justaposição. Possibilitar a continuidade da linha de trabalho na instituição;
- Propiciar a racionalização dos esforços e recursos (eficiência e eficácia), utilizados para atingir fins essenciais do processo educacional;
- Ser um canal de participação efetiva; superar as práticas autoritárias e/ou individualistas. Ajudar a superar as imposições ou disputas. De vontades individuais na medida em que há um referencial construído e assumido coletivamente;
- Diminuir o sofrimento; aumentar o grau de realização/ concretização (e, portanto, de satisfação) do trabalho;
- Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia (“caminhar com as próprias pernas”) e na criatividade (descobrir o próprio caminho);
- Colaborar na formação dos participantes. (VASCONCELLOS, 2002, p.21)

Os objetivos citados acima são adequados a partir do momento em que todos os envolvidos assumem um compromisso com a educação. Para o autor, o PPP tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um acordo onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. Sem esquecer que o trabalho que é desenvolvido na escola, independente da ordem jurídica da sua mantenedora.

Elucidamos algumas ideias sobre o conceito do Projeto Político Pedagógico, logo, passaremos ao item posterior, onde trataremos sobre os elementos da constituição do PPP, sendo estes, marco referencial, diagnóstico e programação.

### 1.3 A constituição do Projeto Político Pedagógico: marco referencial, diagnóstico e programação

Os elementos essenciais do PPP são o Marco Referencial, o Diagnóstico e a Programação. O Marco Referencial deve expressar o ideal da Instituição, ou seja, “a escola que queremos”. O Diagnóstico revela a escola real e a distância que se está do ideal pensado. A programação estabelece os caminhos para se passar da escola existente para a escola que se quer. Vasconcellos (2009, p.182) afirma que, O Marco Referencial é composto de três grandes partes: “Marco Situacional (onde estamos, como vemos a realidade); Marco Filosófico ou Doutrinal (para onde queremos ir) e Marco Operativo (que horizonte queremos para nossa ação) ”.

O **Marco Referencial** é o período em que a instituição necessita tomar posição diante da realidade na qual está inserida. Conforme Vasconcellos (2009, p.182), o marco referencial é “a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos”. É sonho da escola, o que ela deseja ser. Nele procuramos propagar o sentido da ação educativa, do fazer pedagógico e as expectativas em relação a uma realidade desejada e ao caminho necessário para alcançá-la.

Na definição do marco referencial debatemos a escola que temos e como vemos a realidade. Assim, nessa ocasião, buscamos identificar o olhar coletivo sobre a realidade escolar pontuando os seus traços marcantes.

Marco referencial nasce como busca de resposta a um forte questionamento que nos colocamos [...] tem como função maior tencionar a realidade no sentido da sua superação/transformação e, em termos metodológicos, fornecer parâmetros, critérios para a realização de diagnóstico. (VASCONCELLOS, 2009, p.182).

O **Marco Situacional** refere-se à **reflexão sobre as relações da educação**, sendo caracterizado por indagações que levam a identificação de uma visão geral da realidade na qual está inserida a instituição escolar. Assim, o marco situacional propaga a concepção do grupo que planeja, o seu olhar sobre uma realidade mais ampla, seus traços marcantes, suas forças e fragilidades.

Para Vasconcellos (2009, p.182), O Marco Situacional é um olhar do grupo que planeja sobre a realidade em geral: como a vê, quais os traços mais marcantes, os sinais de vida e de morte. É, portanto, o momento da análise da realidade mais ampla na qual a instituição está inserida. É importante por situar, dar todo o pano de fundo, os elementos estruturais que condicionam a instituição e seus agentes.

O **Marco Filosófico ou Doutrinal** refere-se ao ideal geral da instituição. No marco filosófico ou doutrinal são expressos, os valores éticos, os ideais, as concepções e opções da comunidade, por fim, as suas utopias e os seus sonhos. Propriamente, o marco filosófico ou doutrinal requer, assim, a definição da filosofia político-pedagógica que irá nortear o caminhar da escola e de seus sujeitos, os protagonistas. Nele, devem ser explicitadas as concepções de sociedade, homem, mundo, educação, trabalho, conhecimento/cultura, pois divulgará as concepções teóricas que o grupo assume.

Na visão de Vasconcellos (2009, p.183), O Marco Filosófico ou Doutrinal corresponde à direção, ao horizonte maior, ao ideal geral da instituição. É a proposta de sociedade, pessoa e educação que o grupo assume. Aqui são expressas as grandes opções do grupo. Contém os critérios gerais de orientação da instituição.

**O Marco Operativo** refere-se à forma de ação e ou operacionalização dos ideais identificados no marco filosófico ou doutrinal. Podemos dizer que o marco operativo define-se com a proposta de ação para os diversos aspectos relevantes da instituição em relação às suas finalidades e ao que se deseja para a mesma. Esse marco expressa, assim, o ideal específico da instituição. Nas palavras de Gandin (1991, p.28) apud Vasconcellos (2009,p,183)

O Marco Operativo expressa a utopia instrumental do grupo. Expõe as opções (em termos ideais) em relação ao campo de ação e à instituição e fundamenta essas opções em teoria. [...] Assim, o marco operativo refere-se à realidade desejada do campo de ação e (sobretudo) da instituição em processo de Planejamento.

Nesse sentido, torna-se indispensável, na elaboração do marco operativo, estabelecer compatibilidade com o marcos situacional e o Filosófico. Assim, é preciso ter a capacidade de se tornar realidade, de não ficar apenas no sonho. É estabelecer um sonho possível de ser realizado, a partir das condições concretas de cada escola. Isso é importante para que não se desarticule o PPP da realidade geral em busca da realidade que desejamos e acreditamos ser possível vivenciar. Vasconcellos (2009, p.184) também alerta que o marco operativo não é mera programação de ações concretas a serem executadas, pois é um plano de ação nas três dimensões do trabalho escolar: pedagógica, comunitária e administrativa.

No **diagnóstico** organizamos, uma análise mais específica sobre a realidade escolar que temos. Entretanto, vai além dos limites de um levantamento de dados e informações referentes à realidade escolar, pois requer também a leitura e interpretação dos fatos à luz da filosofia político-pedagógica definida no marco filosófico. Podemos dizer que o Diagnóstico situa a distância do ponto de nosso ponto de partida (a realidade que temos) ao nosso ponto de chegada (a realidade que queremos).

Brasil (sem data) afirma que: O termo diagnóstico, comumente associado às práticas médicas, tem sua origem na palavra grega *diágnosis*, que significa discernimento, “conhecer através de”. O diagnóstico não é um fim em si mesmo, mas um processo que nos permite obter algum conhecimento sobre uma realidade dada. Ao possibilitar conhecimentos sobre a realidade de um determinado contexto, torna-se um importante instrumento no planejamento de mudanças, na medida em que pode nos ajudar a identificar “pontos fortes e frágeis” em cada realidade institucional e a ver as alternativas e possibilidades de ação, tendo como horizonte os ideais e objetivos pretendidos. Por isso, o diagnóstico não é apenas uma lista de

problemas “daquilo que vai mal na escola”; supõe avaliação, comparação, juízos de valores, tudo isso tendo como ponto de partida o que foi definido anteriormente no Marco Referencial.

Vasconcellos (2009, p. 190) também esclarece que o diagnóstico não é um simples retrato da realidade ou um mero levantamento de dificuldades. Para ele o diagnóstico é, “antes de tudo, um olhar atento à realidade para identificar as necessidades radicais, e/ou o confronto entre a situação que desejamos viver para chegar a essas necessidades”.

Destacamos, então, que o diagnóstico tem por finalidade identificar os problemas mais condescendentes da comunidade escolar que necessitam de intervenção, mas, ao mesmo tempo, também propicia a identificação dos pontos fortes, fatores/elementos/componentes positivos da realidade que podem ser otimizados e realocados para diversos fins e inclusive redirecioná-las como suporte à resolução e ou ao equacionamento da problemática identificada.

Vasconcellos (2009, p.190) ainda afirma que “diagnosticar significa ir além da percepção imediata, da mera opinião (do grego, *doxa*) ou descrição, e problematizar a realidade, procurar apreender suas contradições, seu movimento interno, de tal forma que se possa superá-la por uma nova prática, fertilizada pela reflexão teórico-crítica”.

Podemos definir **programação** como sendo uma proposta de ação, ou seja, um conjunto de ações assumidas pela instituição escolar em determinados espaços e tempos com vistas à resolução de problemas e da superação das dificuldades encontradas. A programação, nas palavras de Gandin (1991, p. 45) apud Vasconcellos (2009, p.194), “é uma proposta de ação para dirimir a distância entre a realidade da instituição que planeja e o que estabelece o marco operativo. Dito de outra forma, é a proposta de ação para sanar (satisfazer) as necessidades apresentadas pelo diagnóstico”. É o que os agentes escolares vão fazer para realizar o sonho possível.

Na programação se impõe novamente a questão da execução dos objetivos e metas estabelecidos. Neste momento, devemos pesquisar a respeito da viabilidade de executar o que se propõe. Vasconcellos (2009, 195) esclarece que a “programação é fruto da tensão realidade-desejo; surge como forma de superação da realidade (ainda que parcial, dados os limites) em direção ao desejado (dada a utopia, a força da vontade política). Esta tensão vai nos dar o horizonte do histórico-viável”.

Nessa fase define-se o que vai ser feito e quais os meios selecionados para a superação dos problemas detectados. É a proposta de ação. Define-se o que é necessário e possível fazer para diminuir a distância entre o que a escola é e o que almeja ser, ou seja, este é o momento da ação concreta, de programar a linha de atividades a realizar.

A programação refere-se às ações concretas e se traduz pela definição das prioridades, visto que podemos identificar muitos problemas que demandam e comportam espaços, tempos e ações diferenciados para serem equacionados. Assim, é preciso estabelecer de forma coletiva quais são as prioridades, ou seja, quais os problemas identificados que devem ser equacionados primeiramente e definir uma sequência para a execução das prioridades. Vale destacar que os critérios para a definição de prioridades só se tornam legítimos enquanto expressão da coletividade. Na verdade, estes são retirados do marco referencial e do diagnóstico.

Vasconcellos (2009, p.198), por sua vez, sugere questões para a elaboração da programação:

- Que ações concretas e com que finalidades devem ser realizadas no próximo (ou no presente) ano, para atender as necessidades expressas no diagnóstico?
- Que linhas de ação devem orientar nossos trabalhos no próximo ano, para atender as necessidades expressas no diagnóstico?
- Que atividades permanentes devem existir na instituição, para atender as necessidades expressas no diagnóstico?
- Que determinações/normas precisam ser adotadas para propiciar o avanço da transformação da nossa prática, de acordo com as necessidades captadas no diagnóstico?

Antes de iniciar uma programação é necessário esclarecer que todas as propostas devem satisfazer as necessidades identificadas no diagnóstico, correlacionando-as ao marco operativo e ao filosófico. É importante também lembrar que nem todas as necessidades serão satisfeitas por meio de ações concretas.

Nesse sentido, esclarecemos também que é necessário trabalhar com o critério da definição de uma política de prioridades. Saber estabelecer prioridades é o que nos ajuda a caminhar rumo ao sonho possível. O mesmo ocorre com a escola, o sonho possível é de todos e todos juntos é que vão definir as prioridades para alcance do sonho. Todos juntos se ajudam a realizar o sonho da escola desejada.

Novamente reafirmamos que, na perspectiva do planejamento participativo, todos os segmentos da escola devem compartilhar e participar da elaboração e da implementação do plano de ação. É imprescindível que todos sejam informados em relação ao planejamento e acompanhamento de todas as ações que estão sendo desenvolvidas pelo grupo. É fundamental dar publicidade a todas as ações e etapas do PPP.

Apresentados os aspectos históricos e legais, o conceito, como também a constituição do Projeto Político Pedagógico: marco referencial, diagnóstico e programação, passemos, no próximo item a explicar sobre o trabalho coletivo na escola, que é a principal fonte de superação e valorização do trabalho profissional.

#### 1.4 Projeto Político Pedagógico: uma importante proposta de organização do trabalho coletivo na escola

O projeto pedagógico se torna importante para a organização do processo educacional, porque envolve todas as ações desenvolvidas no interior da unidade, como o processo ensino-aprendizagem, questões administrativas e operacionais. Para isso, deve se estar em conjunto com o trabalho coletivo, consistindo na integração das atividades do corpo docente, direção e equipe pedagógica tendo sempre por objetivo a aprendizagem do educando.

O Projeto é um conjunto de ações que se almeja desenvolver na escola com o objetivo de buscar o sucesso educacional do aluno. É também, uma forma de organizar o trabalho pedagógico para a superação dos problemas existentes na instituição, a fim de que ela possa garantir a melhoria da qualidade do ensino.

Gadotti (1994, p. 579), nos mostra que, “projetar significa tentar quebrar um estado confortável, para arriscar-se atravessar um período de estabilidade em função da promessa que cada projeto contém um estado melhor do que o presente”. Nesse sentido, como o projeto envolve toda a estrutura organizacional e pedagógica da escola, é preciso que todos se unam coletivamente para definir as ações, identificando e analisando as possíveis dificuldades que surgirão e, através das discussões e debates, apontar as metas e os objetivos comuns para a sua execução.

Para Vasconcellos (1995, p.143):

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição.

Conforme o autor ressaltou, a participação de todos na construção do projeto permite uma reflexão sobre as novas práticas que se pode realizar em sala de aula e as possíveis mudanças consideradas relevantes para a escola. Segundo Silva (1997, p. 78) “o projeto é uma ação consciente, porque é planejado com vistas no futuro. É sempre um misto de realidade e supra realidade, um além da realidade que pretende transformar”.

Diante disso, o Projeto Político Pedagógico de uma instituição escolar vai tratar daquilo que almeja e tornar concreto aquilo que se idealiza, conforme a sua realidade e de acordo com as suas possibilidades através da reflexão e discussão com todos os envolvidos no processo educativo, definindo coletivamente as ações traçadas para desempenhar o papel da escola na



sociedade e assegurar a qualidade do ensino. Nesse sentido, ele se torna um importante instrumento para a efetivação da gestão democrática, pois quando se realiza sua construção de forma coletiva, a comunidade se torna integrante no processo educativo, havendo uma aproximação entre ela e a escola.

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público. (FREITAS et al., 2004, p. 69)

O que nos deixa claro é que quando um projeto como este é bem elaborado e conduzido, pode auxiliar a escola a atingir os seus objetivos. Porém, quando uma escola não possui um projeto pedagógico, a sua falta pode representar um descaso com a educação e com certeza refletirá no desenvolvimento da escola como um todo.

Veiga (2004, p. 40) diz que “construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar de poder da escola”. Uma gestão democrática pode ser compreendida como a construção de um processo coletivo em que todos da escola participam e onde o poder não se concentra somente em uma pessoa. É exatamente esta composição de poder que impede que a escola seja de fato democrática.

Vasconcellos (2002, p. 62), pronuncia que:

A gestão envolve estratégias, onde a comunicação exerce papel fundamental, como ponto de partida para que todos se entendam. Assim é importante ao gestor discutir soluções possíveis e promover negociações, assumir responsabilidades e deixar que os outros também assumam; ser ouvido, mas também ouvir, valorizar os aspectos positivos do grupo, deixando claras as suas intenções para com a escola e zelar pela total transparência de todas as ações.

O diretor deve integrar-se como membro participativo e comprometido com os princípios que regem a educação voltada para uma gestão democrática. Pontuamos que muito mais que elaborar o PPP é necessário implantar e acompanhar coletivamente sua concretização, na prática de seus objetivos e metas. No próximo capítulo falaremos sobre a metodologia da pesquisa descrevendo todo o percurso realizado para a sua concretização.

## CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a estrutura do presente trabalho, entendemos que a trajetória metodológica tem por objetivo, apresentar o caminho a ser traçado pelo pesquisador, buscando relacionar teoria e prática, fazendo-se necessário apresentar o percurso sistemático que foi realizado para se chegar ao entendimento do determinado objetivo.

Neste capítulo, trazemos o resultado da pesquisa, que teve como base a realidade de uma escola pública na cidade de Inhumas-PiauÍ. Além dos teóricos trabalhados que serviram para fundamentar a temática, entrevistas e observações foram realizadas, servindo para a sistematização das informações oportunizadas pelos sujeitos escolares.

### 2.1 Caracterização da pesquisa

Para a realização deste trabalho, foi pesquisado durante todo o processo, os saberes relacionados ao Projeto Político Pedagógico, a sua importância e as dificuldades encontradas para a concretização do mesmo, fazendo uma reflexão entre o proposto e o realizado na prática pedagógica.

Iniciamos o estudo realizando uma revisão bibliográfica para contextualizar e explicar o problema a partir de referenciais teóricos já publicados, como livros, revistas, artigos, documentos e o próprio Projeto Político Pedagógico da escola. Acompanhando essa linha de estudo buscamos contemplar detalhes do contexto estudado (Escola Estadual Antônio de Deus Carvalho – Inhumas- PI) tendo como ponto de partida as percepções dos sujeitos (Professores e Corpo Gestor da referida escola) acerca do Projeto Político Pedagógico, bem como o proposto e o realizado em suas práticas educativas.

Visando alcançar as finalidades previstas neste estudo, o procedimento de investigação utilizado foi um estudo de caso com abordagem qualitativa, através de entrevistas e estudo documental, porque estas opções metodológicas podem dar conta da interpretação da subjetividade solicitada, oportunizando compreender o objeto em estudo na visão dos sujeitos inseridos no contexto pesquisado.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.( RICHARDSON 1999, p. 80).

Richardson (1999, p. 82) ainda ressalta que o método qualitativo busca entender a natureza de um fenômeno social, explorando as técnicas de observação e entrevistas, devido à propriedade com que estes instrumentos penetram na complexidade de um problema. Sendo assim, a pesquisa qualitativa busca a compreensão do fato social, com base na compreensão dos seus atores por meio da participação em suas vidas, ou seja, o pesquisador precisa tentar compreender o significado que os outros dão às suas situações e, desta forma, compreender a realidade com toda subjetividade oriunda de cada órgão/instituição investigado.

O método de procedimento escolhido foi o estudo de caso por tratar-se de uma análise completa, que considera a unidade estudada como um todo. Segundo Yin: “A principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados.” (2005, p.13).

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizado nas ciências biomédicas e sociais. Sua crescente utilização dar-se com diferentes propósitos:

1. Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
  2. Preservar o caráter unitário do objeto estudado;
  3. Descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
  4. Formular hipóteses e desenvolver teorias; e
  5. Explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.
- (GIL, 2002, p.54)

A técnica do estudo de caso foi sugerida, por permitir uma investigação que possa conservar as características na sua totalidade, dando significância aos acontecimentos da vida real, é uma estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos quando não se pode manipular comportamentos relevantes. Ou seja, os dados que a realidade oferece para análise são o que há de mais relevante na pesquisa.

Entretanto, de acordo com Yin (2005. p.26), é aconselhável que o estudo de caso ao ser trabalhado como método de pesquisa, seja diferenciado, pois ele conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: a “observação” dos acontecimentos que estão sendo estudados e a “entrevista dos sujeitos neles envolvidos.

Dentre as vantagens do método, de acordo com Gil (2009), em comparação a outros delineamentos de pesquisa, pode se destacar a possibilidade de estudar um caso em profundidade, considerando suas inúmeras dimensões e a ênfase no contexto em que ocorrem os fenômenos não sendo possível separar o contexto do fenômeno, e porque nem sempre os

limites estão claramente definidos. Favorecem a construção de hipóteses, estimulam o desenvolvimento de outras pesquisas, permitem investigar o caso sob a perspectiva dos grupos ou das organizações, podem ser aplicados sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos e são flexíveis. Embora as técnicas mais adotadas sejam a observação, a entrevista e a análise documental, os estudos de caso podem valer-se do uso concomitante de múltiplas técnicas, cuja aplicação pode dar – se de forma diferenciada ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Apresentados a caracterização da pesquisa, como sendo estudo de caso com abordagem qualitativa, passaremos a próxima sessão onde serão abordados as técnicas e instrumentos de coleta de dados, onde é descrito o processo de aplicação dos instrumentos e técnicas investigativas, enfatizando os procedimentos de sua utilização.

## 2.2 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A problemática proposta para o estudo permitiu definir a seguinte técnica e instrumento utilizado no processo de coleta dos dados: Entrevista semiestruturada. Inicialmente foi planejada a execução da entrevista semiestruturadas com os representantes da comunidade escolar.

A utilização da entrevista semiestruturada foi a opção de instrumento investigativo nesta proposta de estudo, por se tratar de um instrumento flexível para a coleta dos dados. Dessa maneira, foi realizado a entrevista com 6 professores participantes do estudo, 2 pessoas do equipe gestora (Sendo Diretora e Coordenadora). Trivinos (1987, p. 147) esclarece sobre a entrevista semiestruturada:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes.

O direcionamento da entrevista, independentemente do tipo escolhido, deve privilegiar a pureza da informação recebida, ou seja, o entrevistador deve estimular o entrevistado a prestar quanto mais e melhor informação para responder as pretensões de seu estudo. O entrevistado é, de fato, um informante para o pesquisador.

Yin (2005, p. 116) afirma que uma das mais importantes fontes de informação, para um estudo de caso são as entrevistas, fontes essenciais de informação. Para ele, ao longo do processo de entrevista, existem duas tarefas:

- 1- Seguir sua própria linha de investigação, como reflexo do protocolo de seu estudo de caso, e
- 2- Fazer as questões reais (de uma conversação) de uma forma não tendenciosa que também atende às necessidades de sua linha de investigação.

Como técnica de produção de dados a entrevista oferece várias vantagens: pode ser utilizada com todos os segmentos da população; maior flexibilidade, onde o entrevistador pode repetir e/ou esclarecer perguntas: oferecendo oportunidade para avaliar atitudes e condutas durante a conversa; e também dá oportunidade de obter dados relevantes não encontrados em fontes documentais. Entretanto, a técnica da entrevista apresenta algumas dificuldades como resistência dos sujeitos a participar do processo de pesquisa, dificuldade de dialogar com alguém desconhecido, entre outros. Desta maneira, é necessário que o entrevistador estabeleça uma relação de confiança e respeito com o entrevistado para poder obter as informações que necessita.

Realizamos a entrevista semiestruturada para buscar informações relacionadas ao Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, a partir da fala dos colaboradores da referida escola, possibilitando aos mesmos a reflexão sobre o que é proposto e realizado na prática pedagógica.

Essa etapa aconteceu na escola campo do estudo, com gestoras e professoras. O local, a data e o horário de realização foram antecipadamente combinados com as colaboradoras, respeitando a disponibilidade de cada uma. Na realização da entrevista, utilizamos um roteiro de questões (APÊNDICE A). Abordamos inquirições sobre o conceito de PPP, a participação na elaboração, trabalho coletivo, consulta do mesmo na prática educativa, entre outras.

Em seguida, foi informado que a entrevista seria gravada e que competiria a cada sujeito da pesquisa o direito de autorizar a gravação ou não. Ainda foi avisado, que as informações seriam transcritas e depois levadas a cada sujeito, para que logo após a leitura e confirmação da veracidade da transcrição da fala interpretada pelo entrevistador, fosse autorizada a utilização dos dados para a análise. Recebemos a autorização para gravar todas as entrevistas, e assim o fizemos, bem como, recebemos também a confirmação de que a transcrição estava de acordo com a fala gravada. Acordamos que a identidade das pessoas participantes seria preservada, e assim o fizemos ao utilizar nomes fictícios.

Yin (2005, p.119) menciona que uma questão comum ao fazer entrevistas é saber se a pesquisadora ou o pesquisador deve ou não grava – lá, pois, “um aparelho de gravação não deve ser utilizado quando o entrevistado não permite ou se sente incomodado com a gravação”. Ele diz que “a utilização de aparelhos de gravação é, em parte, uma escolha pessoal da pesquisadora ou pesquisador, que visa a obtenção de uma expressão, mas apurada da entrevista, mas deve ser satisfeita a vontade do sujeito entrevistado”.

Conversar com os sujeitos da pesquisa, apresentar a proposta investigativa, informar sobre os procedimentos, alertar sobre a necessidade da gravação e da transcrição das entrevistas, exibir as transcrições e solicitar permissão para utilizá-las, foram cuidados tomados com base em princípios éticos da pesquisa.

Explicitados as técnicas e os instrumentos de coletas de dados, passemos no próximo item a tratar sobre os sujeitos da pesquisa, explicitando sobre o processo de envolvimento dos participantes e elencando as informações colhidas para a composição do perfil identitário de cada um deles.

### 2.3 Os participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa, segundo Chizzotti (2006), elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas identificados. Na pesquisa, convidamos todos os professores da escola definida como campo deste estudo. O envolvimento dos participantes atende o propósito de analisar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, refletindo sobre o proposto e realizado na prática pedagógica. Todos os participantes tiveram conhecimento dos objetivos da pesquisa a partir da carta de apresentação (APÊNDICE B), sendo possível, antecipadamente, optarem em participar do estudo ou não. Desse modo, optamos por envolver no estudo professores e corpo gestor da referida escola, considerando e respeitando a disponibilidade e o interesse das mesmas em participar da pesquisa a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C) atendendo, assim, às exigências éticas e legais da pesquisa científica

Os participantes desta pesquisa, destacamos que todos são graduados, e 07 (sete) são pós-graduados. Os entrevistados são experientes no exercício da docência, como mostrado no **QUADRO 01**.

#### **QUADRO 01:** O Perfil Identitário dos Sujeitos

IDENTIFICAÇÃO	TEMPO DE PROFISSÃO	FORMAÇÃO
Diretora	2 anos	Letras / Psicopedagogia
Coordenadora	1 ano e meio	História / História do Brasil
Professora A	11 anos	Educação Física
Professora B	17 anos	Matemática / Docência Superior e Matemática
Professora C	22 anos	História / Psicopedagogia
Professora D	9 anos	Pedagogia e Educação Física / Psicopedagogia e Fisiologia do exercício
Professora E	16 anos	Pedagogia / Psicopedagogia
Professora F	15 anos	Pedagogia / Psicopedagogia

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

As informações sintetizadas no quadro acima são importantes para nosso interesse investigativo. Preocupamo-nos em organizá-las em função da problemática do estudo e desse modo tomaremos o curso de formação para fazer as ponderações que vemos essenciais. O grupo em sua totalidade é constituído por pessoas graduadas e pós-graduadas, havendo somente um professor com graduação e uma professora com mais de uma graduação. Dos seis docentes, quatro são psicopedagogas e uma tem especialização em docência Superior e Matemática e apenas um ainda não tem curso de especialização. Contudo, atrai nossa atenção à presença de um professor licenciado em História e especialista em história do Brasil atuando como coordenador pedagógico e outro licenciado em Letras Português e especialista em Psicopedagogia atuando como Diretor.

No próximo item trataremos sobre o estudo de caso da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho a partir das considerações literárias pertinentes a este estudo.

#### 2.4 Estudo de caso: Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho

A unidade escolar é o lócus onde acontece a concretização do que se objetiva no sistema de ensino: o atendimento direto dos educandos; o desenvolvimento das relações de ensino-aprendizagem; a criação de saberes escolares; as relações que preparam o educando para o convívio social. A escola é um espaço público importante no qual acontecem as interações entre sujeitos diferentes com histórias de vida, anseios e expectativas diferentes. É fruto da ação humana e é este humano que melhor a compreende, interpreta ou, ao menos, começa a percebê-la e interpretá-la. Não só isso: é um local no qual uma cultura ou culturas são criadas, onde identidades são formadas (SILVA, 2006).

Essa investigação rodeou os elementos constituintes da **Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho (FOTO 01)**, mas conhecida como “Antônio de Deus”. Uma escola urbana, localizada na rua Raimundo Borges de Oliveira, nº 36, no centro do município de Inhumas-PI. Trata-se de uma instituição da Rede Estadual de Ensino do Piauí.

A escola foi fundada no dia 16 de outubro de 1969, quando o então governador do Estado do Piauí, Dr. Helvídio Nunes de Barros, acompanhado de sua comitiva governamental, destacando-se o Exmo. Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura, Pe. Baldoíno Barbosa de Deus, inaugurou o referido estabelecimento o qual recebeu o nome de “Antônio de Deus Carvalho” em homenagem ao 1º Prefeito de Inhumas.

**FOTO 01- Fachada da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho**



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016)

A Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, funciona em prédio próprio, possui um espaço físico podendo ser avaliada como boa, possuindo uma área livre bem ampla aos redores e faz vizinhança com o ginásio poliesportivo José Raimundo da Silva (José Generosa) onde podem utilizar para as suas atividades físicas. A área construída apresenta: 04 salas de aula, 01 laboratório informática, 01 biblioteca, 01 salas de professor, 01 diretoria, 01 depósito, 03 banheiros (sendo: 01 masculino, 01 feminino e 01 para professores), 01 cantina e 01 pátio. O muro da escola apresenta-se muito baixo.

A fachada da escola encontra-se um pouco pichada e com portões um pouco enferrujados, o piso da entrada ainda é de cimento e com rachaduras, apesar desses descuidados, a escola tem plantas proporcionando aos alunos sombra e um clima mais arejado



nas horas da entrada, recreio e saída. "A falta de cuidado com a fachada e toda a área de entrada, por exemplo, pode revelar que esse assunto não foi discutido no PPP", explica Maura Barbosa, coordenadora da Comunidade Educativa CEDAC<sup>2</sup> e consultora pedagógica da Revista NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR (2011).

Ao passar pelo portão, já dentro da escola, encontra-se outra configuração no cenário. Os cuidados não existentes com a fachada, não são projetados para o interior da escola. O pátio (**FOTO 02**) nos permite uma visão frontal da área total da escola, onde nos permite descrevê-la: acesso a cantina, banheiros feminino e masculino, diretoria, secretaria e sala de professores, núcleo de informática e um portão que dá acesso ao corredor às salas de aula.

**FOTO 02: Pátio da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho.**



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016)

Podemos perceber que o pátio é pequeno, tendo a necessidade de uma ampliação, mas sempre muito limpo e colorido, onde podemos ver que contém varias ilustrações. Na

<sup>2</sup> Em entrevista concedida a Verônica Fraidenraich. Revista Nova Escola, Gestão Escolar. Fevereiro 2011. Disponível em : <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/530/a-fachada-revela-a-identidade-da-escola>.

oportunidade de conhecer melhor a escola, a diretora da referida, relatou que: “Sempre fazemos nossas atividades extraclasse, projetos e atividades comemorativas no pátio e temos dificuldade de executar as referidas atividades por conta do pequeno espaço que temos na escola”.

A escola oferece o Ensino Fundamental Maior Regular de nove anos. Funcionando sete turmas do 6º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino (**FOTO 03**). A política adotada na escola para o atendimento à demanda (oferta de vagas) está em consonância com a Secretaria Estadual de Educação. Sendo que do 6º ao 9º ano a formação de turma deve acontecer com 35 alunos por sala, podendo chegar a 40 alunos. A partir de 41 alunos, esses alunos seriam divididos em duas turmas.

**FOTO 03-** Salas de aula da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho



Fonte: Acervo a pesquisadora (2016)

A Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho possui salas de aula espaçosas e com cadeiras adequadas, mas não oferecem conforto devido à exposição intensiva à radiação solar,

o que deixa as salas muito quentes. O calor acaba contribuindo para que as crianças fiquem agitadas durante as aulas. “A sala de aula é um dos ambientes mais privilegiados para assegurar a aprendizagem dos alunos e a construção de sua identidade como estudantes”. CEDAC (2002, p.61)

O perfil da comunidade que frequenta a unidade escolar é bastante heterogêneo, com alunos moradores de vários bairros da cidade e também de algumas comunidades rurais. Os alunos são adolescentes com a faixa etária de 11 a 15 anos. Na maioria são de etnia parda e apresenta poder aquisitivo baixo ou muito baixo. São provenientes de estruturas familiares diversas, convivendo com pais casados, separados ou até residindo com avós ou outros familiares.

A distribuição e ocupação do tempo e dos espaços pedagógicos estão definidos de acordo com a LDB. A carga horária mínima anual é de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais quando houver. Em 2009 a escola foi contemplada com o PDE financeiro, para atender às condições de acessibilidade e a instalação do laboratório de informática.

Quanto aos recursos materiais e pedagógicos a escola dispõe de equipamentos como: armários, arquivos, birôs, geladeira, freezer, computadores, cadeiras e mesas do aluno, fogão industrial, batedeira, liquidificador, ventiladores, máquina digital, máquinas de xérox, caixa amplificadora de som, microfones, aparelho de som, aparelho de telefone, notebooks, estabilizadores, além de outros recursos domésticos e de consumo para o bom andamento das atividades escolares.

No que diz respeito aos recursos humanos a Escola dispõe no seu quadro 98% dos docentes possuem graduação e especialização e os demais possuem magistério acompanhado de adicionais, sendo composto de 01 diretora, 01 coordenadora pedagógica, 12 professores, 01 secretária, 02 vigias, 04 auxiliares de serviços gerais. Quanto ao regime de trabalho, todos os funcionários cumprem com sua carga horária e são conhecedores de seus direitos e deveres presentes no regimento interno da escola.

A gestão da escola é de forma participativa e democrática contando sempre com a atuação do conselho escolar e a participação dos pais no desenvolvimento das práticas educativas e no processo ensino-aprendizagem, visando à formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres preparados para atuar na sociedade.

Para fazer gerenciamento dos recursos financeiros e materiais, a gestora reúne toda a comunidade escolar e repassa os valores correspondentes aos recursos recebidos expondo de

forma clara e objetiva as necessidades da escola. No entanto a mesma procura ouvir sugestões sobre como e o que pode ser feito e onde pode se aplicar esse recurso.

A escola Antônio de Deus visa proporcionar a toda comunidade escolar e extraescolar o espaço de ensino, aprendizagem e vivência de valores, onde as crianças e adolescentes se socializem e experimentem a vivência com a diversidade humana. Neste ambiente educativo, o respeito, a alegria, a amizade, a solidariedade, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres serão práticas que irão garantir a socialização e a convivência desenvolvendo e fortalecendo a nação de cidadania e de igualdade entre todos.

A escola tem como missão, oferecer educação de qualidade de forma inovadora, que promova o desenvolvimento humano nos aspectos cognitivos, sociais e culturais, contribuindo para a formação acadêmica de seus educandos visando construir uma sociedade mais justa e igualitária, tornando-os cidadãos críticos, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar como agentes de transformação social, garantindo a seus educando o conhecimento necessário para torná-los aptos a desenvolver suas aptidões individuais e coletivas de forma consciente proporcionando-lhes condições de dá continuidade a ensinamentos posteriores, bem como uma mudança de comportamento de forma positiva para o mesmo poder agir como agente ativo capaz de transformar a sociedade a qual está inserido, buscando melhores condições de vida para si e sua comunidade, buscando assim motivá-los a resgatar o interesse pela aprendizagem e, conseqüentemente a qualidade do ensino público.

Portanto, a escola pretende desenvolver padrões de qualidade que considerem os alunos nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e mais concretamente, nas intenções e práticas sociais que lhes forneçam elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato para a construção de uma identidade autônoma, proporcionando o desenvolvimento da capacidade de apropriação e conhecimentos das potencialidades corporais, afetivas, intelectual, estética e éticas nas perspectivas e contribuir para a formação de alunos cidadãos, responsáveis e felizes.

Finalizando o estudo de caso da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, onde apontamos as descrições mais relevantes da referida, tendo grande importância neste estudo. No próximo item trataremos sobre os procedimentos de análise de dados e suas contribuições consideradas pertinentes a este estudo.

## 2.5 Análise de dados da entrevista

Logo após diversas e intensas leituras sobre as informações transcritas das entrevistas semiestruturadas, faremos a seguir a próxima etapa do estudo, a análise dos dados. Para este

fim, a análise de conteúdo foi nossa escolha. A análise dos dados é uma etapa primordial do processo de verificação. Analisar os dados desta pesquisa exigiu tratamento uniforme das informações colhidas durante o processo de investigação. Segundo Bardin (2009 p. 9), análise de conteúdo é “[...] um conjunto metodológico [...] que se aplica aos discursos extremamente diversificados”. Sendo uma dentre as muitas outras formas de interpretar o conteúdo de um texto.

Olabuenaga e Ispizúa (1989) afirmam que a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de informações coletadas, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social, o que seria inviável através de quaisquer outras formas de análise. Nesta perspectiva compreende-se a análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, ou seja, tudo que é dito ou escrito está apto à análise de conteúdo, a mensagem seja ela oral ou escrita, gestual ou silenciosa expressa um significado.

Neste estudo, o conteúdo analisado, o texto, foi formado a partir das informações e depoimentos obtidos e, posteriormente transcritos, por meio da entrevista semiestruturada. Esses dados foram condensados após identificação das diferentes amostras de informação a serem analisadas. Para isto realizamos uma leitura do material obtido através das transcrições das falas dos sujeitos coletados na entrevista. Sendo assim, os documentos incluídos na amostra foram considerados representativos e pertinentes aos objetivos da análise.

Segundo Moraes (1999, p.9): “[...] essa análise, conduzindo as descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Bardin (2009, p.42) define análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, recepção (variáveis inferidas) destas mensagens

Percebemos, por meio dos autores referenciados, a complexidade da atividade de análise dos dados na pesquisa qualitativa. Esse trabalho vai do início ao fim da investigação cobrando nossa atenção, cuidado, critério e rigor. Precisamos dar importância ao que é proposto e realizado pelos participantes porque carecemos de indicação de espaço para discutirmos sobre o Projeto Político Pedagógico, no contexto da escola pública estadual em Inhumas, no Piauí.

Atentamos ao material para tratá-lo com estudos aprofundados que nos permitiram classificá-lo em categorias, compostas de dados semelhantes, ou seja, informações parecidas, complementares que puderam ser agrupadas e subdivididas, uma vez que fizemos análise dos dados a partir das categorias definidas em concordância com as finalidades da investigação.

Na pesquisa qualitativa, os dados consistem em descrever detalhadamente situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos, estes dados não são padrões, exigindo do pesquisador muita flexibilidade, criatividade no momento de coletá-los e analisá-los, dessa forma ao final da pesquisa de campo iniciou-se a análise e interpretação de dados. Para tanto, os dados coletados foram classificados e tabulados para melhor organizar e dar continuidade à análise.

Segundo Bardin (2006, p.117), a categorização consiste na:

Classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos ... sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (Bardin, 2006, p. 117).

Na perspectiva da pesquisa, a classificação é uma forma de discriminar e selecionar as informações alcançadas, a fim de reuni-las em grupos, de acordo com o interesse da pesquisa, mas para que isso aconteça são necessários sua codificação e tabulação. Codificar é o processo pelo qual se coloca uma determinada informação (ou “dado”) na categoria que lhe pertence.

Sobre as categorias, Moraes (1999, p. 19) entende que “[...] o processo de categorização deve ser entendido em sua essência como processo de redução dos dados”. Quando construídas a partir do próprio material, os critérios de classificação ocorrem ao longo do processo de análise, sendo eles: validade, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade.

Categorias construídas a partir do próprio material exigem que o atendimento aos critérios de classificação ocorra ao longo do processo da análise. Os argumentos de validade, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade precisam ser construídos ao longo da análise.

A nossa análise de conteúdo persegue uma descrição do material organizado nas categorias. Por se tratar de um estudo qualitativo descrevemos cada uma das categorias produzido um texto no qual expressamos o conjunto de significados presentes nas unidades de análise incluídas em cada uma delas, retomando as falas das professoras participantes do

estudo, citando-as sempre que necessário. Foram definidas as seguintes categorias para a realização desta pesquisa: Categoria 1. Conceito (TABELA 01), Categoria 2. Construção Coletiva (TABELA 02), Categoria 3. Planejamento (TABELA 03).

### **Categoria 1. Conceito**

**TABELA 01:** O que é Projeto Político Pedagógico?

Segmento	Respostas	Quantidade
<b>Professor</b>	Guia de orientação.	02
	Instrumento de reflexão.	01
	Documento de identificação e registro.	03

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Na TABELA 01, temos a representação dos entrevistados acerca do conceito do Projeto Político Pedagógico, nos revelando que todos os entrevistados tem o conhecimento que o PPP é um guia de orientação para os docentes e gestores a ser seguido para desenvolver as atividades escolares, documento de identificação e registro, bem como, instrumento de reflexão a proposta educacional da escola, onde através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo.

### **Categoria 2. Construção Coletiva**

**TABELA 02:** Como a gestão da escola deve organizar-se para que a comunidade escolar possa participar ativamente da construção do PPP da sua escola?

Segmento	Respostas	Quantidade
<b>Professor</b>	Através de Reuniões.	04
	De forma democrática, visando o coletivo.	02

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A TABELA 02, permite uma interpretação de que a elaboração do PPP por toda comunidade escolar, de forma democrática, visando o coletivo, através de reuniões, altera a efetividade do instrumento na organização escolar, pois favorece a co-responsabilização de todos. Na medida em que todos participam e fazem valer suas opiniões e ideias, o PPP passa a ser defendido e operacionalizado por todos.

### Categoria 3. Planejamento

**TABELA 03:** Você consulta o PPP para planejar sua prática educativa? Em que circunstâncias?

Segmento	Sim	Não	Respostas
<b>Professor</b>	04	02	A cada planejamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A tabela 03, explicitam que mesmo considerando o PPP um instrumento importante de organização escolar, ainda há professores na equipe que não consultam o norteador do trabalho pedagógico a cada planejamento. Em contrapartida, a maioria dos professores recorrem ao instrumento de identidade da escola para realizar o planejamento de suas atividades.

Discorremos sobre os achados narrativos no CAPÍTULO III, explicitando informações acerca do PPP. As reflexões construídas, serão feitas através das respostas dos participantes na entrevista semiestruturada e das contribuições do referencial teórico que a norteou. Nesta mesma assentada lançamos interpretações sobre o conteúdo categorizado buscando expressar uma compreensão mais aprofundada do mesmo. A interpretação dos dados deu-se a partir de um fundamento teórico definido a priori. As informações apuradas na realização das entrevistas foram analisadas e agrupadas considerando a semelhança percebida em cada abordagem.

Nesse percurso, almejando os objetivos a que nos propusemos, apresentamos a análise e interpretação dos dados da pesquisa, a partir das categorias de análises. Assunto do próximo capítulo.



### **CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA UNIDADE ESCOLAR “ANTONIO DE DEUS CARVALHO”**

Esse capítulo expõe a análise das entrevistas dos sujeitos da pesquisa da referida escola, que foi respondido individualmente pelos próprios. Nesta parte do trabalho são analisados os dados recolhidos pela pesquisa de campo, expostos no capítulo segundo e que serão confrontados com a fundamentação teórica cuja estrutura conceitual forma o primeiro capítulo do trabalho. Do histórico ao conceito, marco e trabalho coletivo referente ao Projeto Político Pedagógico anteriormente exposto e da síntese entre a pesquisa teórica feita e os dados práticos recolhidos resultam o capítulo que se segue. As ideias estão organizadas em três subitens, os quais foram determinados a partir da análise das narrativas e conseqüentemente da categorização feita.

#### **3.1 O que é Projeto Político Pedagógico?**

Sendo nosso interesse discutir os sobre o conceito do PPP, trazemos nesse contexto a nossa compreensão de que é necessário aprofundar os estudos em relação sobre o que é o PPP, sua importância, bem como o trabalho coletivo na realização do mesmo. O Projeto Político Pedagógico é um processo que busca reflexão e discussão dos possíveis problemas encontrados no ambiente escolar. É um elemento que traz propostas de uma organização escolar, tanto politicamente como metodologicamente. Sua construção é de fundamental importância, pois além de envolver toda a comunidade escolar, trabalha em prol do bem comum, discute propostas de forma democrática e visa o sucesso e a melhoria da aprendizagem do alunado.

Nas palavras de Veiga (1995, p.32), o Projeto Político Pedagógico é um documento que não se reduz a dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projeto e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. É um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Em suma é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade.

Para que possamos subsidiar de forma mais clara o entendimento que os educadores têm em relação ao conceito de Projeto Político Pedagógico, analisaremos, a seguir, o que relatam alguns professores da rede estadual de ensino público do município de Inhumas – PI:

É um documento, um guia de orientação para professores e gestores a ser seguido para desenvolver as atividades da escola. (Professor A)

O PPP é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. (Professor B)

É um documento escolar que auxilia no trabalho do professor. (Professor C)

O PPP é um documento que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (Professor D)

É um documento no qual estão registradas as ações e projetos da escola. (Professor E)

É um projeto que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. (Professor F)

Sobre o conceito de PPP, o professor B menciona a ideia do Projeto Político Pedagógico como um instrumento que reflete a proposta educacional da escola, podendo ser desenvolvido através de um trabalho coletivo. Nesta perspectiva, o PPP construído coletivamente é elemento fundamental na organização das atividades, mediador das decisões e condução das ações da escola, permitindo a análise dos seus resultados e impactos.

Veiga (1996) defende que o Projeto Político Pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio - político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. O projeto de escola pressupõe ação coletiva e intencional de todos os elementos que compõem cada unidade de ensino. Vai além de agrupamentos de planos de ensino. Representa uma direção, um rumo a ser perseguido por todos, representa, portanto, um compromisso com a mudança e a qualidade de ensino, articulado com os interesses de cada comunidade educativa.

Tais definições conduzem a reflexão do PPP como instrumento que pode ser utilizado pela comunidade educativa para promover a mudança, e a efetivação de um modelo de educação emancipatório e democrático que tenha como finalidade a transformação da realidade vigente. Nesse sentido, sua efetivação está intimamente vinculada à sistematização das intenções escolares, sendo parte constitutiva da organização permanente da unidade escolar, uma ação coletiva e co-participativa de todos os elementos que compõem a rede educativa.

A escola tem um espaço aberto para a realização do seu Projeto Político Pedagógico, definir seus rumos e planejar suas atividades, de modo a responder às demandas da sociedade. A autonomia permite à escola construir a identidade, organizar seus planos conforme a realidade, na perspectiva da dinamização do todo escolar, desde o conhecimento do contexto local da escola até o conhecimento da comunidade escolar.

Na fala da diretora diante do nosso questionamento sobre o que é Projeto Político Pedagógico, refere-se que “É o documento que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. É o planejamento de como será direcionado os trabalhos durante todo o ano em curso.” Veiga (1995, p. 48) reforça afirmando que, o PPP é a identidade da escola, portanto, — articular, elaborar, construir projeto próprio, implementar e aperfeiçoar constantemente, envolvendo de forma criativa e prazerosa [...] num processo coletivo, é um grande desafio.

O PPP deve ter caráter inovador e articulador, permitindo ser um meio coletivo para integrar, criar e buscar alternativas para os diferentes momentos de trabalho pedagógico. No próximo item, tratamos sobre como a gestão da escola deve organiza-se para que a comunidade escolar possa participar ativamente da construção do PPP.

### 3.2 Como a gestão da escola deve organizar-se para que a comunidade escolar possa participar ativamente da construção do PPP da sua escola?

Ao falarmos sobre planejamento participativo, pensamos logo em gestão democrática, pois dentre as características da gestão democrática podemos destacar o planejamento participativo como algo que traz relevantes contribuições no processo de democratização da educação. “A participação é condição básica para a gestão democrática. Uma não é possível sem a outra. É desse modo que a gestão democrática é concebida como projeto coletivo” (SEDUC, 2012, p. 7).

No planejamento participativo, busca-se os métodos e estratégias mais adequados para as práticas escolares e extraescolares, tendo em vista a autonomia de todos mediante às decisões a serem tomadas e aos possíveis projetos que surgirem. Porém, percebe-se que há uma problemática em relação à participação no campo do planejamento que possui uma raiz histórica e que se reflete ainda hoje, devido ao caráter político presente nas ações que requerem planejamento. Há a possibilidade de um planejamento participativo a partir do momento em que todos demonstram um papel atuante, de caráter decisório e influente quanto

ao planejamento. Temos assim, sujeitos participantes na íntegra e não apenas meros expectadores.

De acordo com as afirmações acima elucidadas, percebemos que o corpo gestor da escola deve estabelecer um elo entre os próprios e a comunidade escolar para que eles possam participar ativamente da construção do Projeto Político Pedagógico da sua escola. Com base nessas afirmações, pedimos para que os sujeitos da pesquisa falassem sobre como o corpo gestor deve e/ou procura organizar para que todos participem ativamente da construção do PPP e as respostas colhidas são apresentadas e analisadas a seguir:

Deve organizar-se através de reuniões, convidando a comunidade escolar para a construção do PPP. (Professor A)

A gestão da escola deve promover reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar e mostrar a importância da participação de cada um deles no processo de construção do PPP. (Professor B)

Através de reuniões. (Professor C)

O diretor deve garantir que o processo de criação/revisão do PPP seja democrático, abrindo espaços para discussão entre todos os membros da comunidade escolar. Essa discussão pode se dá também no âmbito do Conselho Escolar, em que diferentes segmentos da comunidade escolar estejam presentes. (Professor D)

A gestão deve se organizar de forma democrática, compartilhando e participando de forma efetiva visando o coletivo, com o compromisso de superar o individualismo. (Professor E)

Fazendo reuniões com todo o membro da comunidade escolar. (Professor F)

A pesquisa evidenciou que o Projeto Político Pedagógico não é apenas um texto que fica escondido numa gaveta, mas compreende uma dinâmica permanente de construção, adaptação e reconstrução. Com a constante incorporação de novos integrantes e enfrentamento de novos desafios, a escola atualiza permanentemente o processo de organização. Como deixa claro a coordenadora da referida escola, em sua fala, ao ser perguntada sobre como o corpo gestor deve organizar-se para que a comunidade escolar possa participar ativamente da construção do PPP da sua escola, “Discutindo a importância da (re) construção do PPP, ampliando com a discussão dos temas abordados, as metodologias e práticas pedagógicas em geral, com todos os envolvidos no processo educativo, através de reuniões e fortalecendo o relacionamento entre escola e comunidade”.

As narrativas dos docentes B e D elucidam que para a construção do PPP, o corpo gestor tem que mostrar a importância da participação e de uma gestão democrática abrindo espaços

para discussão entre todos os membros da comunidade escolar. E para uma gestão democrática ser construída numa escola, ela precisa de um planejamento participativo, que conte com todos os representantes participativos para a tomada de decisões e na elaboração de metas e estratégias de ação. A participação, além de aprimorar a gestão, agrega a responsabilidade e compromisso coletivo com os objetivos comuns definidos. O planejamento tem a função de analisar a realidade escolar, identificando as dificuldades existentes e a sua causa, definir os objetivos e metas que compatibilizam com o sistema escolar, na determinação de atividades compatíveis com os recursos materiais e humanos.

A participação acontece de várias formas, pelos representantes, professores, em reuniões, assembleias para aprovação de normas, troca de ideias e consenso. Em relação às iniciativas dos alunos, a pesquisa revelou que as escolas escutam as suas sugestões. Para alcançar determinadas metas e objetivos, as avaliações escolares são discutidas conjuntamente, com a participação da direção, do corpo docente, dos pais e dos representantes dos alunos.

A seguir, falamos sobre o planejamento dos participantes da investigação, se eles utilizam o PPP para planejar sua prática educativa e em quais circunstâncias.

### 3.3 Você consulta o PPP para planejar sua prática educativa? Em que circunstâncias?

Para falarmos sobre planejamento, trataremos o pensamento de alguns autores que refletem sobre o mesmo com a intenção de auxiliar a elucidar estas questões. No pensar de Vasconcellos (1999, p. 35), planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal.

Já para Gandin (1994, p. 41), o planejamento: “[...] consiste exatamente no processo de explicar a realidade desejada e de construir (transformar) a realidade existente tendo como rumo aquela realidade desejada. O planejamento é, justamente, a inteligência que dá eficácia a este processo”.

As definições colocadas acima nos permitem constatar que todas caminham numa direção determinada, somente com palavras diferentes. Para estes autores o planejamento é visto como uma forma de prever o futuro e evitar fracassos possíveis que podem vir a acontecer, também colocam a importância de planejar como suporte para avaliação, pois sem o planejamento não sabemos quais os objetivos que foram alcançados e fica impossível realizar uma avaliação. Nessa teia de conhecimentos, acrescentamos as concepções dos

docentes entrevistados sobre se é consultado o PPP para o planejamento de sua prática educativa e em que circunstâncias.

Não, mas consulto a grade curricular e tento seguir os parâmetros, os conteúdos. (Professor A)

Sim, A cada planejamento. (Professor B)

Não. (Professor C)

Sim. Na elaboração dos planos de disciplinas. (Professor D)

Nem sempre. Nos planejamentos escolares procuro me orientar pelas diretrizes contidas no PPP. (Professor E)

Sim, nos planejamentos mensais. (Professor F)

Ficaram evidenciados diante da entrevista, que são raros os docentes que utilizam o PPP para fazer seu planejamento de sua prática educativa. Levando-nos a conclusão que nem todos tem o conhecimento e sabem da importância do PPP na prática docente, pois sabemos que a base do planejamento é o Projeto Político Pedagógico. Este é o documento primordial da escola do qual saem todas as outras formas de planejamento.

O Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 1999, p. 169).

Nas narrativas dos docentes B e E, podemos perceber que eles procuram outros documentos para se basear, em vez do PPP, sendo esses as diretrizes e grade curricular. Mas sabemos que as diretrizes pedagógicas orientam o trabalho pedagógico da escola, sendo um dos pontos importantes do PPP. Numa entrevista Celso Vasconcellos afirma “Nesse processo de planejar as ações de ensino e aprendizagem, existem diversos produtos, como o projeto político pedagógico, o projeto curricular, o projeto de ensino e aprendizagem ou o projeto didático, que podem ou não estar materializados em forma de documentos. O ideal é que estejam. Quando falamos do planejamento anual das escolas, temos como referência o projeto político pedagógico.” E ainda complementa que “Um projeto, a escola sempre tem, mesmo que ele não esteja materializado em um documento. Agora, o ideal é que esse projeto seja público e explicitado. Na hora do planejamento anual, ele deve ser usado como algo vivo,

como um termômetro para toda a comunidade escolar saber se o trabalho que está sendo planejado está se aproximando daqueles ideais políticos e pedagógicos ou não”.<sup>3</sup>

Depois de refletirmos sobre a importância do Projeto Político Pedagógico na prática pedagógica da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho. Apresentamos nossa conclusão, a cerca da nossa temática estudada.

---

<sup>3</sup> Em entrevista concedida a Paula Takada. Revista Nova Escola, Gestão Escolar. Janeiro de 2009. Disponível em : <https://novaescola.org.br/conteudo/296/planejar-objetivos>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que realizamos envolveu o Projeto Político Pedagógico, e discutiu o que é proposto e realizado na prática pedagógica. Sua escritura parti da situação problema: Como o Projeto Político Pedagógico se concretiza na prática pedagógica da Escola Antônio de Deus Carvalho?

Buscamos no contexto do Projeto Político Pedagógico as contribuições para tecer as reflexões necessárias à compreensão do fenômeno estudado. Nesse sentido, nos fundamentamos nas ideias de alguns autores e discutimos algumas abordagens que se apresentam inter-relacionadas e que permitem a construção do PPP visando um trabalho coletivo e uma gestão democrática.

Nessa perspectiva, traçamos o objetivo geral Verificar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, a partir da observação sobre a prática pedagógica cotidiana. Para sua obtenção elegemos o estudo de caso com abordagem qualitativa, desenvolvida através da aplicação de entrevista semiestruturada. No percurso das análises nos baseamos nas escritas de alguns autores e fizemos análises de conteúdo. Nessa trilha organizamos os achados em três categorias e sobre elas tecemos reflexões à luz do referencial teórico que embasou a investigação.

Na primeira categoria, O QUE É PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, recolhemos narrativas dos docentes que expressam que o PPP seja um instrumento de reflexão da prática pedagógica, procurando ser desenvolvido em coletividade, como também um guia de orientação para os docentes para o desenvolvimento das atividades e prática educativas. Sua construção é de fundamental importância para a escola, pois é com base no PPP que é trabalhado visando a melhoria e sucesso do aprendizado do alunado.

Os participantes da pesquisa demonstraram o entendimento sobre o conceito do Projeto Político Pedagógico, nos fazendo perceber que o corpo gestor procura integrar a comunidade escolar na construção do referido. Nessa linha falamos que ao construir seu projeto pedagógico, a escola relaciona os objetivos que irão contribuir para a formação que se almeja e, ao analisar a sua realidade escolar, as suas metas de ação, com olhos para o futuro, buscar melhorar aquilo que não vai bem.

COMO A GESTÃO DA ESCOLA DEVE ORGANIZAR-SE PARA QUE A COMUNIDADE ESCOLAR POSSA PARTICIPAR ATIVAMENTE DA CONSTRUÇÃO DO PPP DA SUA ESCOLA é a nossa segunda categoria. Nessa ocasião apreciamos as postulações dos participantes onde sugerem que a gestão deve se organizar de forma



democrática, compartilhando e participando de forma efetiva visando o coletivo, com o compromisso de superar o individualismo, através de reuniões.

Nessa via, refletimos que o PPP busca a construção da identidade da escola, estabelecendo seu direcionamento e o comprometimento com os sujeitos da comunidade escolar e local em torno de uma boa visão comum e compartilhada de educação. Através da participação, ocorre a troca de ideias, e fortalece – se o espírito de equipe.

E a terceira VOCÊ CONSULTA O PPP PARA PLANEJAR SUA PRÁTICA EDUCATIVA? EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS? Levantamos as narrativas dos participantes onde expressam que apesar de conhecer, procurar participar e compreender que seja de grande importância para a funcionalidade da escola, alguns não utilizam o PPP em sua prática educativa, se obtém de outros documentos para o seu planejamento.

Nessa categoria, podemos reafirmar a importância do PPP como norteador das atividades escolares, onde a importância da construção coletiva é embasada na gestão democrática, planejando as atividades escolares na busca do atendimento adequado da escola frente à comunidade na qual está inserida, buscando cumprir seu papel social que é formar para a autonomia e cidadania.

A partir, do que foi relatado pelos colaboradores, podemos dizer que o Projeto Político Pedagógico é um documento de grande necessidade dentro de uma escola, uma vez que ele dará suporte para um trabalho que precisa ser coletivo e por isso deverá ser construído com representantes de todas as categorias presentes na escola. Para que assim nenhuma delas sintasse preterida perante as outras. Mas também que acima de tudo todos tenham a mesma responsabilidade dentro da escola.

Contudo é preciso deixar claro que nenhum PPP fará milagre e para isso antes de tudo a escola precisa ter uma gestão verdadeiramente democrática, onde as decisões são discutidas coletivamente e respeitadas, havendo assim democracia e não uma imposição.

Não concluímos a discussão sobre esta temática e acreditamos que este estudo pode contribuir com pesquisas futuras, além do que, compartilhamos as reflexões aqui construídas com todos os professores, professoras e corpo gestor da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, desejando que estudos posteriores possam ser realizados dando profundidade e continuidade a esta discussão. Encerramos enunciando que novos questionamentos podem ser elaborados a partir desta escritura.

## REFERÊNCIAS

- AURÉLIO. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**, (edição reduzida do Médio Dicionário Aurélio). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988. (6a ed., 1991.)
- BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. Edições 70, 2009.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. Escola de Gestores. **Projeto vivencial**. Brasil, S/A. Disponível em < [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala\\_projeto\\_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf)> Acesso em 22/01/2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 06/01/2017 Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- CEDAC. **O que revela o espaço escolar?** Um livro para diretores de escola. 1ed. São Paulo. Moderna. 2002
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FRAIDENRAICH, Verônica. **A fachada revela a identidade da escola**. Disponível em < <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/530/a-fachada-revela-a-identidade-da-escola>> Acesso em 27/01/2017. Publicado em: GESTÃO ESCOLAR. FEV 2011.
- FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.
- GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas**. MEC/FNUAP, 1994.
- GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e me outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª edição- São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LOPES, Noemia. **O que é o projeto político-pedagógico (PPP)** Disponível em < <http://gestaoescolar.org.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica> 610995.shtml. > acesso em: 29/12/16 Publicado em: GESTÃO ESCOLAR. Edição 011. DEZ 2010/ JAN 2011. Título original: PPP na Prática

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificaion de la vida cotidiana**: métodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

PIAUI - INHUMA. Governo do Estado. Secretaria Estadual de Educação e Cultura. **Projeto Político Pedagógico**: Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho. Inhumá-Piauí, 2016.

RIBEIRO, A. **Gestão democrática do projeto político pedagógico na escola pública de educação básica**. Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: PUCPR, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SEDUC. **Conselho Escolar**. 3 ed. Teresina, 2012.

SILVA, Rinalva Cassiano da. **Projeto Pedagógico: A escola em questão**. In: Revista de Administração Educacional. Recife, 1997.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública**: a re-humanização da escola. 9ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.

VAGULA, E.; BARBOSA, A.C. A.; BARUFFI, M. M.; MONTAGNINI, R. C. **Didática**. Londrina: Educacional, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo, Libertad, 1995.

\_\_\_\_\_. **Planejamento**: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico - elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.

\_\_\_\_\_. **Planejamento**: projeto de ensino- aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo, SP: Libertard, 2002.

\_\_\_\_\_. **Planejamento**: projeto de ensino- aprendizagem e projeto político-pedagógico. 19 ed. São Paulo, SP: Libertard, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-pedagógico da escola**: uma construção coletiva. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político da Escola**: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A.(Org) Projeto Político Pedagógico: uma construção possível, Campinas, SP: Papyrus, 1996

\_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico**: educação superior. Campinas, SP; Papyrus, 2004

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. – 3. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICES

**APÊNDICE – A1****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – CSHNB  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA****ARIANY LEAL DIAS MEIRELIS****OBJETIVO: Analisar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, a partir da observação sobre a prática pedagógica cotidiana.****INSTRUMENTO DA PESQUISA – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****➤ ENTREVISTA COM A DIRETORA**

Anos que exerce essa função: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_

1. Em sua opinião, o que é Projeto Político Pedagógico?
2. A escola possui projeto político pedagógico (PPP)? Foi elaborado coletivamente?
3. O PPP é consultado no decorrer do ano letivo? Em que circunstâncias?
4. Como se deu a elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua escola?
5. De que forma a escola tem envolvido a comunidade escolar na construção, implementação, reconstrução e avaliação deste Projeto?
6. Os professores da sua escola têm acesso ao Projeto Político Pedagógico?
7. Houve momentos de estudo deste documento, a fim de verificar se as atividades propostas na escola estavam contemplando os objetivos, proposta estava no caminho certo?
8. Qual a finalidade do PPP?
9. Que elementos contribuem e/ou dificultam a manutenção e continuação do PPP, após a sua implantação?
10. Em sua opinião o PPP é necessário? Por quê

**APÊNDICE – A2****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – CSHNB  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA****ARIANY LEAL DIAS MEIRELIS****OBJETIVO: Analisar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, a partir da observação sobre a prática pedagógica cotidiana.****INSTRUMENTO DA PESQUISA – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****➤ ENTREVISTA COM A COORDENADORA**

Anos que exerce essa função: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_

1. Em sua opinião, o que é Projeto Político Pedagógico?
2. Você acha que o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico foi resultado de uma construção coletiva?
3. Qual a relevância dele para o andamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na sua escola? Como se deu essa elaboração?
4. Como você contribuiu para essa construção? De que forma?
5. Enquanto coordenadora, como você vem implementando o Projeto Político Pedagógico da sua escola?
6. Enquanto coordenadora, como você vem atuando, para que possa haver a articulação do Projeto Político Pedagógico e o trabalho coletivo da sua escola?
7. O que mais atrapalha o trabalho do coordenador pedagógico na sua escola? E qual seria a solução para este problema?
8. Qual a finalidade do PPP?

**APÊNDICE – A3****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – CSHNB  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA****ARIANY LEAL DIAS MEIRELIS****OBJETIVO: Analisar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, a partir da observação sobre a prática pedagógica cotidiana.****INSTRUMENTO DA PESQUISA – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****➤ ENTREVISTA COM OS PROFESSORES**

Anos que exerce essa função: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_

1. Em sua opinião, o que é Projeto Político Pedagógico?
2. Você conhece e/ou teve/tem contato com o projeto político-pedagógico da sua escola?
3. Você participou da elaboração do projeto político-pedagógico de sua escola? Como se deu essa participação?
4. Como a gestão da escola deve organizar-se para que a comunidade escolar possa participar ativamente da construção do PPP da sua escola?
5. Você considera que o coordenador seja importante para a mediação do processo educativo da sua escola?
6. Você considera que a coordenadora pedagógica vem mediando o trabalho coletivo na sua escola?
7. A coordenadora pedagógica de sua escola vem atuando como articuladores do projeto político pedagógico? De que forma?
8. Como o coordenador pedagógico pode estar trabalhando para que possa haver a articulação do projeto político-pedagógico e trabalho coletivo?
9. Você consulta o PPP para planejar sua prática educativa? Em que circunstâncias?
10. Como o PPP se relaciona com as ações pedagógicas ocorridas em sala de aula?

**APÊNDICE - B****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – CSHNB  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA****INSTRUMENTO DA PESQUISA – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Caríssima \_\_\_\_\_

Com o intuito de analisar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho e refletir sobre o proposto e o realizado na prática pedagógica. Solicitamos vossa colaboração como interlocutora de nosso estudo, participando de uma entrevista semiestruturada, para realização do nosso Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob orientação da professora Ma. Cristiana Barra Teixeira. Sua contribuição é importante.

Agradecemos sua colaboração e disposição.

Aluna: Ariany Leal Dias Meirelis.

Universidade Federal do Piauí (UFPI)



## APÊNDICE – C1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**CURSO: PEDAGOGIA**



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é dos pesquisadores responsáveis. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

A pesquisa intitulada Análise do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho em Inhuma-Piauí: Reflexão sobre o proposto e realizado na prática pedagógica. Trata-se do trabalho de conclusão do curso - TCC, desenvolvido por ARIANY LEAL DIAS MEIRELIS do Curso de PEDAGOGIA da Universidade Federal do Piauí e orientado pelo (a) professor (a) Mestre (a) CRISTIANA BARRA TEIXEIRA que pode ser contatada pelo e-mail ariany\_meirelis@hotmail.com ou pelo telefone (89) 99930-8628

O trabalho tem por objetivo: Analisar o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho, a partir da observação sobre a prática pedagógica cotidiana. Compreendo que este estudo possui finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando, assim minha privacidade. As informações coletadas poderão ser utilizadas em publicações como livros, periódicos ou divulgação em eventos científicos. Sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Inhuma, 20/10/2016

---

Assinatura do (a) interlocutor (a) da pesquisa

## APÊNDICE – C2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROSO**  
**CURSO: PEDAGOGIA**



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO  
 SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_ RG:  
 \_\_\_\_\_ responsável pela instituição escolar:  
 \_\_\_\_\_ abaixo assinado  
 (a), concordo em participar do estudo intitulado  
 \_\_\_\_\_, como  
 sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a)  
 \_\_\_\_\_ sobre  
 a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios  
 decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a  
 qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Inhuma, 20/10/2016.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do (a) interlocutor (a) do estudo



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( x ) Monografia  
( ) Artigo

Eu, **ARIANY LEAL DIAS MEIRELIS**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **Análise do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar Antônio de Deus Carvalho em Inhuma-Piauí: um estudo de caso sobre o proposto e realizado na prática pedagógica** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 06 de Junho de 2016.

*Ariany Leal Dias Meirelis*  
Assinatura